



---

**Nota de repúdio da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás aos cortes nas instituições federais de ensino e às falas do Presidente e do Ministro da Educação sobre os cursos de Humanidades**

A Faculdade de Filosofia, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e o Centro Acadêmico do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, vêm a público manifestar repúdio aos ataques do Ministro da Educação ao ensino público e, em particular, às suas recentes declarações em relação à área de humanidades das Universidades brasileiras. Tais declarações revelam flagrantemente o profundo desconhecimento e, o que é pior, o desinteresse do Ministro em se inteirar da realidade da área pela qual é o responsável. Esse tipo de declaração visa, por certo de maneira deliberada, tão somente forjar para a opinião pública uma imagem totalmente deturpada da Universidade e, mais especificamente, da área das ciências humanas, com o claro objetivo de simplesmente justificar, pela via mais grosseira, o projeto de desmonte do ensino público superior e da pesquisa realizada em todas as áreas do conhecimento.

Pesquisadores do mundo inteiro já manifestaram sua preocupação com os efeitos negativos que podem resultar dos atuais ataques às Humanidades no Brasil, por exemplo, na carta de Harvard, que foi assinada por pesquisadores de mais que 800 instituições, e nas cartas das associações norte-americanas de Filosofia e de Sociologia (APA e ASA), na carta publicada pela Société Française de Philosophie, dentre outras manifestações.

Em relação ao público dos cursos de Humanidades, o Ministro da Educação declarou que esses cursos seriam “para pessoas já muito ricas, de elite”. No entanto, é preciso que se saiba que a maior parte dos ingressantes dos cursos de graduação das Humanidades são de classes populares, como mostra uma recente pesquisa desenvolvida pela ANDIFES. Em vez de excluir pessoas dessas classes do acesso a determinadas áreas do conhecimento, o que se esperaria da administração pública é a implementação de mais medidas que apoiem esse público a se manter na universidade, com políticas de permanência efetivas e abrangentes.

Ao repudiarmos as declarações do ministro e, com igual veemência, os cortes (travestidos de “contingenciamento”) das verbas destinadas à Capes, ao CNPq e diretamente às Universidades por meio das verbas discricionárias, conclamamos a sociedade a fazer o que o Ministro e o governo ao qual ele serve não se dispõem a fazer: conhecer a Universidade pública brasileira. Estamos certos de que constatarão fácil e rapidamente que a pesquisa nela produzida ultrapassa o que seria esperado em relação aos financiamentos que a ela são destinados pelo Ministério da Educação. Ademais, vale ressaltar que o custo dos cursos da área de ciências humanas é ínfimo e que são estes cursos que acolhem uma grande parcela dos estudantes em situação vulnerável que ingressam no ensino superior.

Mas não se trata aqui de travar um confronto entre as áreas da Universidade e tampouco entre os domínios acadêmicos que compõem a diversidade do ensino e da pesquisa no Brasil (que é o que parece querer incitar a lógica sempre



---

beligerante do atual governo). Trata-se antes de unificar a Universidade, seus professores e pesquisadores, seus estudantes, seus funcionários e servidores para que, juntos, lutemos em favor da diversidade e da qualidade do ensino público com o qual todos estamos, de fato, comprometidos. As ciências humanas, alvo atualmente selecionado da covardia ignorante que vem se institucionalizando no país, conta com o apoio já manifesto de todas as áreas de pesquisa, e, juntas e unificadas, estarão prontas a reagir contra qualquer tipo de mentira, ameaça e chantagem.